



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008336-39.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Maria Celeste Rocha Generoso**
 Requerido: **Banco CSF S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido produto junto a uma loja da rede Carrefour, realizando o pagamento parcelado por meio de cartão de crédito contratado no próprio estabelecimento.

Alegou ainda que foi inserida pelo réu perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência de dívida desse cartão, cuja existência refuta.

Almeja à exclusão de tal negativação, com o reconhecimento da quitação do débito em apreço, bem como ao ressarcimento pelos danos morais e materiais que suportou.

Como se extrai do relato exordial, a autora questiona a dívida que deu causa à sua negativação, promovida pela ré, argumentando que a fatura do cartão vencida em agosto/2014 estaria quitada e que contratou somente um título "sorte grande anual" e não cinco.

Já o réu em contestação sustentou a regularidade da inscrição e dos débitos que a ensejaram.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim fixada a controvérsia, o réu foi instado a explicar como se deu a apuração do valor constante da notificação de fl. 09, pertinente à negatificação da autora, além de comprovar a contratação de cinco seguros "sorte grande" e não somente um, confirmado pela mesma (fl. 99).

Em resposta, ele assentou de um lado que o montante de fl. 9 "*foi corrigido após a comprovação do pagamento do mesmo*" e, de outro, reconheceu "*a adesão informada pela autora, não havendo a cobrança de outro seguro*" (fl. 101).

Tal manifestação encerra o reconhecimento da inexistência de lastro à negatificação da autora.

Ao contrário do que foi assinalado na peça de resistência, o réu acabou reconhecendo que a fatura do cartão vencida em agosto/2014 foi quitada pela autora (a comprovação nesse sentido está a fl. 10) e fez referência à contratação de somente um seguro e não cinco, como consta da "tela" de fl. 38.

Bem por isso, e patenteada a falta de respaldo para a inscrição da autora junto a órgãos de proteção ao crédito, a conclusão que daí promana é a de que ela foi irregular.

Prospera, portanto, o pleito exordial para a exclusão da negatificação e para a declaração da quitação das parcelas do financiamento até agosto/2014.

Solução diversa apresenta-se para os demais pedidos formulados.

Não obstante se reconheça que a indevida negatificação caracterize o dano moral passível de ressarcimento, o documento de fls. 29/30 leva a conclusão contrária.

Ele demonstra que a autora ostenta diversas outras negatificações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

"Agravos Regimentais no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido." (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

"Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Por fim, não se cogita da mesma maneira de dano material porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça decidiu que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro a má-fé do réu, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a quitação das parcelas do financiamento celebrado entre as partes até agosto/2014 e para excluir a negativação da autora tratada nos autos.

Torno definitiva a decisão de fls. 22/23.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**